



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª. GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JATAÍ/GO**

**I PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS – DIREITO DE JATAÍ**

**Data de Realização: 18/03/2012**

**INSTRUÇÕES**

1 – Este caderno contém 30 (trinta) questões objetivas divididas da seguinte forma:

- ✓ 05 (cinco) questões de Direito Administrativo;
- ✓ 05 (cinco) questões de Direito Constitucional;
- ✓ 05 (cinco) questões de Direito Processual Civil;
- ✓ 05 (cinco) questões de Direito Processual Penal;
- ✓ 05 (cinco) questões de Direito Penal;
- ✓ 05 (cinco) questões sobre a Lei dos Juizados Especiais Federais.

2 – Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal da sala mais próximo que o substitua.

3 – NÃO É PERMITIDA A CONSULTA A LIVROS, DICIONÁRIOS, APONTAMENTOS, APOSTILAS, OU QUALQUER OUTRO MATERIAL DO GÊNERO, BEM COMO A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER OUTRO EQUIPAMENTO TRANSMISSOR OU RECEPTOR INCLUSIVE APARELHOS CELULARES, PAGERS, E SIMILARES.

4 – Durante a prova, o candidato não deve se comunicar com outros candidatos.

5 – A duração da prova é de 3 (três) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do cartão de respostas.

6 – O candidato somente poderá levar o caderno de prova se permanecer em sala, por no mínimo 1h30min.

7 - As respostas deverão ser marcadas no cartão de respostas com caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, desconsiderando-se aquelas rasuradas ou que contenham mais de uma resposta. O quadrado da resposta marcada deve ser TOTALMENTE preenchido.

8 – O cartão de respostas não será trocado em hipótese alguma.

9 – Ao terminar a prova entregue o cartão de respostas ao fiscal de sala e o caderno de prova, se o candidato terminar antes de 1h30min de prova. Em seguida, deixe o local da prova.

10 – A desobediência a qualquer das recomendações constantes nestas instruções e àquelas efetivadas pelos fiscais de sala implicará na anulação da prova do candidato.

11 – O gabarito será divulgado no mural da Justiça Federal em Jataí e na Internet: [www.jfgo.jus.br](http://www.jfgo.jus.br)

**BOA SORTE!**



**1º PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA FEDERAL DE JATAÍ – GO.**

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**01** - Não se pode enumerar como poder da Administração:

- a) poder de polícia.
- b) poder independente.
- c) poder hierárquico.
- d) poder disciplinar.

**02** - O regime jurídico-administrativo abrange diversos princípios. Entre os princípios abaixo, assinale aquele que se vincula à limitação da discricionariedade administrativa:

- a) impessoalidade.
- b) presunção de legitimidade.
- c) razoabilidade.
- d) segurança jurídica.

**03** - Nos termos da Lei n.º 8.666/93, é dispensável a licitação nos casos de:

- a) Guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) Venda ou doações de imóveis a outro órgão público.
- c) Contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- d) Venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica.

**04** - São atributos do ato administrativo:

- a) discricionariedade, impessoalidade e coercibilidade.
- b) discricionariedade, impessoalidade e moralidade.
- c) exigibilidade, auto-executoriedade e imperatividade.
- d) legalidade, moralidade e coercibilidade.

**05** - Observadas as proposições abaixo, referentes ao instituto da desapropriação, assinale a alternativa CORRETA:

I- cada ente federado, na sua esfera, tem competência para legislar sobre desapropriação.

II- a ação desapropriatória e a ação desapropriatória indireta prescrevem em cinco anos.

III- são suscetíveis de desapropriação, para fins de reforma agrária, a grande propriedade rural e a propriedade produtiva.

- a) somente a proposição I é correta
- b) somente as proposições I e II são corretas
- c) todas as proposições são corretas
- d) todas as proposições são incorretas

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**06** - Sobre o Sistema Tributário Nacional assinale a alternativa CORRETA:

a) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.

b) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País.

c) Compete aos Municípios instituir imposto sobre a propriedade territorial rural.

d) Cabe à lei ordinária dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.



1º PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA FEDERAL DE JATAÍ – GO.

**07** - Os direitos sociais previstos na Constituição Federal têm características de normas:

- a) funcionais e amplificativas.
- b) passivas e restritivas.
- c) imperativas e invioláveis.
- d) análogas e restritivas.

**08** - Segundo a Constituição Federal de 1988 compete aos juízes federais processar e julgar:

- a) As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, bem como as de falência, as de acidentes de trabalho.
- b) As causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.
- c) As revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados.
- d) A homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

**09** - Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal:

- a) constituem um rol taxativo.
- b) não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, entre os quais o Estado Democrático de Direito e o princípio da dignidade humana.
- c) não excluem outros decorrentes do Estado Democrático de Direito e do princípio da dignidade humana, mas a ampliação deve ser formalmente reconhecida por autoridade judicial no exercício do controle de constitucionalidade.
- d) não excluem outros decorrentes do Estado Democrático de Direito e do princípio da dignidade humana, mas a ampliação deve ser formalmente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar arguição de descumprimento de preceito fundamental.

**10** - A Constituição Federal vigente, dispondo que "não haverá juiz ou tribunal de exceção", e ainda que "ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente", trata:

- a) do princípio do juiz natural.
- b) do reconhecimento do Tribunal do Júri.
- c) da inafastabilidade da jurisdição.
- d) do princípio do devido processo legal.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**11** - A respeito das condições da ação, considere:

I. O interesse e a legitimidade são condições da ação que não podem ser apreciadas pelo juiz *ex officio*.

II. O interesse processual deve estar presente para propor e para contestar a ação.

III. Se o juiz tiver reconhecido a legitimidade das partes quando do deferimento da petição inicial, não poderá, por força da preclusão, reexaminá-la no momento da prolação da sentença.

Está correto o que se afirma SOMENTE em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.

**12** - Com relação à citação é CORRETO afirmar:

- a) Será considerada ineficaz se o réu não tiver colocado a nota de ciência no mandado.
- b) Ordenada por juiz incompetente não constituirá em mora o devedor.
- c) Será feita pelo correio quando for ré a pessoa jurídica de direito público.
- d) A interrupção da prescrição pela citação retroagirá à data da propositura da ação.



**1º PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA FEDERAL DE JATAÍ – GO.**

**13 -** As partes podem modificar a competência em razão:

- a) da hierarquia e do território.
- b) do valor e do território.
- c) do valor e da hierarquia.
- d) da hierarquia, apenas.

**14 -** No que concerne aos prazos, de acordo com o Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar:

- a) O prazo estabelecido pela lei é contínuo, mas será suspenso nos feriados.
- b) Podem as partes, de comum acordo, reduzir o prazo dilatatório antes do vencimento do prazo, se fundar em motivo legítimo
- c) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
- d) Computar-se-ão em quádruplo o prazo para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública, Defensoria Pública ou o Ministério Público.

**15 -** Numa execução fiscal, feita citação, o executado efetuou depósito em dinheiro em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa. Nesse caso, o prazo para oferecimentos de embargos será contado da data:

- a) da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido.
- b) da intimação da efetivação do depósito.
- c) do depósito.
- d) da citação.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**16 -** Quanto à prisão preventiva, marque a alternativa CORRETA:

a) Uma vez revogada a prisão preventiva, não poderá o juiz decretá-la novamente.

b) A decisão que decretar a prisão preventiva será sempre motivada, e a que denegar, não.

c) Será admitida a decretação da prisão preventiva em todas as modalidades de crime.

d) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

**17 -** Sobre a competência da Justiça Federal em matéria penal, marque a alternativa INCORRETA:

a) Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.

b) Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.

c) A competência da Justiça Federal em matéria penal abrange as contravenções praticadas contra a União, suas autarquias e empresas públicas.

d) Um estelionato praticado contra os Correios, assim como um roubo a uma agência da Caixa Econômica Federal, são crimes situados no âmbito da competência da Justiça Federal.

**18 -** Sobre o inquérito policial é INCORRETO afirmar que:

a) O inquérito, em qualquer hipótese, deverá terminar no prazo de 60 (sessenta) dias.

b) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos de inquérito.



**1º PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA FEDERAL DE JATAÍ – GO.**

c) O inquérito policial tem caráter informativo, ou seja, visa colheita de elementos de informação quanto à autoria e à materialidade.

d) Os elementos informativos colhidos no inquérito policial, isoladamente considerados, não podem fundamentar uma eventual condenação

**19 -** Sobre as ações penais públicas (condicionada e incondicionada) e privada é INCORRETO afirmar:

a) A representação será irretroatável, depois de oferecida a denúncia.

b) O particular poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, quando o Ministério Público requerer o arquivamento do inquérito.

c) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

d) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade.

**20 -** Sobre as nulidades no processo penal, marque a alternativa INCORRETA:

a) Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

b) A incompetência do juízo anula somente os atos decisório, devendo o processo, quando declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.

c) A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.

d) A parte poderá arguir nulidade a que haja dado causa.

**DIREITO PENAL**

**21 -** Acerca dos crimes contra a administração pública, é CORRETO afirmar:

a) O estagiário é funcionário para fins penais.

b) A exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida configura o crime de corrupção passiva.

c) O ato de inserir ou de facilitar a inserção de dados falsos em sistema da administração pública não caracteriza o peculato eletrônico.

d) Somente o servidor público, considerado nos termos do artigo 327 do Código Penal, pode cometer o crime de peculato.

**22 -** Marque a alternativa INCORRETA, extingue-se a punibilidade:

a) pela morte do agente.

b) pela prescrição, decadência ou preempção.

c) pela anistia, graça ou indulto.

d) pela retratação da vítima, nos casos em que a lei a admite.

**23 -** São causas excludentes da ilicitude, EXCETO:

a) legítima defesa.

b) estado de necessidade.

c) o princípio da insignificância.

d) exercício regular de direito.

**24 -** Constitui crime praticado por particular contra administração pública em geral:

a) Contrabando ou descaminho.

b) Advocacia administrativa.

c) Corrupção passiva.

d) Uso de documento falso



**1º PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA FEDERAL DE JATAÍ – GO.**

**25** - Acerca da aplicação da lei penal marque a alternativa INCORRETA:

- a) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- b) Considera-se praticado o crime apenas no lugar em que ocorreu a ação.
- c) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- d) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

**JUIZADO ESPECIAL FEDERAL**

**26** - A respeito dos Juizados Especiais Federais, assinale a opção INCORRETA:

- a) As partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não.
- b) No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é relativa.
- c) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, assim como executar as suas sentenças.
- d) Nas ações previdenciárias e nas relativas à assistência social, se designado exame pericial, as partes serão intimadas a apresentar quesitos e indicar assistentes no prazo de dez dias.

**27** - Os Juizados Especiais Federais são responsáveis para julgar os seguintes tipos de ação, EXCETO:

- a) Ações previdenciárias, contra o INSS – causas de até 60 salários-mínimos.

- b) Ações contra a União, autarquias federais e empresas públicas federais – causas de até 60 salários-mínimos.

- c) Remuneração de servidores públicos federais – causa de até 60 salários-mínimos.

- d) Infrações de menor potencial ofensivo – pena máxima superior a dois anos ou multa.

**28** - Considere as seguintes assertivas acerca dos Juizados Especiais Federais Criminais:

I- Necessário se faz a aplicação subsidiária das normas da Lei nº 9.099/95, uma vez que a Lei nº 10.259/2001 não tratou da competência dos Juizados Especiais Federais Criminais.

II - A competência será do Juizado da localidade em que foi noticiada a infração penal.

III- São princípios orientadores dos Juizados Especiais Federais Criminais a oralidade, a simplicidade, a informalidade, a economia processual e a celeridade.

IV- Somente os atos essenciais devem ser registrados por escrito, podendo ser utilizados sistemas de áudio ou audiovisual para o registro dos demais.

Está CORRETO o que consta apenas em:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I, II e IV
- d) I, III e IV

**29** - Sobre a Lei nº10.259/2011 assinale a alternativa CORRETA:

- a) Nas causas de competência do juizado especial federal cível, não haverá reexame necessário, exceto quando envolverem matéria previdenciária.

- b) O artigo 1º da Lei nº10.259/01 estabelece a aplicação subsidiária da Lei nº 9.099, quando houver conflito entre suas normas.



1º PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA FEDERAL DE JATAÍ – GO.

c) É inadmissível a concessão de medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação, sem o prévio requerimento das partes.

d) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos.

**30** - No que diz respeito aos recursos nos JEF's, avalie se as frases a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V) e assinale a opção CORRETA:

( ) As pessoas jurídicas de direito público possuem o prazo em dobro para recorrer, nos termos do artigo 9º da Lei dos JEF's.

( ) O recurso próprio para impugnar a sentença é o recurso inominado, ao passo que para impugnar as decisões interlocutórias o recurso adequado é o de agravo.

( ) As Turmas Recursais serão instituídas por decisão do Tribunal Regional Federal, que definirá sua composição e área de competência, podendo abranger mais de uma seção.

( ) As sentenças e decisões proferidas nos Juizados Especiais Federais não comportam embargos de declaração.

- a) V, V, F, V
- b) V, F, V, V
- c) F, V, V, F
- d) F, F, F, V